

1



PREVIDÊNCIA SOCIAL

2

3

4

5

6

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

7

8

9

10

ATA

11

12

13

**Seminário do Dia Nacional em Memória das Vítimas de
Acidentes e Doenças do Trabalho**

14

15

16

17

18

19

Brasília, 28 de Abril de 2016.

20

21

22

23

24

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

25

26 Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, na Esplanada dos
27 Ministérios - Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Bloco F, Auditório, teve
28 início o Seminário do Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças
29 do Trabalho. Estiveram presentes os senhores conselheiros do CNPS: Miguel
30 Soldatelli Rossetto (MTPS); Benedito Adalberto Brunca (MTPS); Sérgio Antônio
31 Martins Carneiro (INSS); Carlos Alberto de Paula (SPPC); João Junior Onuki Alves
32 (CNPB); Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT); Luiz Adalberto da Silva (COBAP);
33 Andrea Angerami Gato (SINDNAPI); Antonio Cortez Moraes (Força Sindical); Miguel
34 Salaberry Filho (UGT); Evandro José Morello (CONTAG); Rodrigo Hugueney do
35 Amaral Mello (CNA); Antonio Lisboa (CNC) e Ubiramar Mendonça (DATAPREV).
36 Convidados: Aduino Felix (COBAP); Betyna Saldanha Corbal (MTPS); Bruna Beck da
37 Costa (MTPS); Eduardo Batista de Queiroz (CT-SST); Fernando Nunes Alves
38 (DSAST); Francisca Maria de Oliveira da Silva (MTPS); Josierton Cruz Bezerra (INSS);
39 Luiz Sergio Mamari (CNC); Marco Antonio Perez (Diretor de Políticas de Saúde e
40 Segurança Ocupacional – (MTPS); Marco Fraga (FUNDACENTRO); Maria Araujo de
41 Oliveira (MTPS); Naron Gutierrez Nogueira (MTPS); Sergio Luiz Máximo (MTPS);
42 Anastassia Borborema (MTPS); Celia Medeiros (MTPS); Eduardo Batista de Queiroz
43 (CT-SST); Henrique Alves Vieira (MTPS); Luciano Barbosa (CNI); Luiz Alberto
44 Catanoe (SINDNAPI); Luiz Cláudio Sena Santos (INSS); Ricardo Oliveira Martins
45 (MTPS); Reinaldo Marinho Costa Lima (DSST/SIT); Sara Conceição de Arruda
46 (MTPS); Maria Rosalina dos Santos (CONAQ); Danielli Silva Bernardes (CNT); Rogério
47 da S. Brandão (MPT); Hellen Rodrigues (DPSSO/MTPS); Cleide Melo
48 (DRPS/MTPS); Lucas Santos (MTPS); Polyana Resende (DRPSP/MTPS); Fernanda
49 Miranda Guerra (DRPS/MTPS); Douglas Martins (DRPS/MTPS); Felipe Azevedo
50 (SPPS/MTPS); Cláudio Soares (SPPS/MTPS); Maria Miguel (SPPS); Maria Luiza Melo
51 (SPPS); Cláudia Cristina (DRPSP/MTPS); Gilberto Borges da Cunha. (BRPSP/MTPS);
52 Laura Schwerz (DRPSP/CGEEI); Nicolas Lima (PGF/AGU); Marcelino M. do
53 Nascimento (SPPS/MTPS); Carlos Silva (SINAIT); Helio Carneiro Fernandes
54 (MTPS/SPPS); Sandra Amorim (DISART/INSS); Vanessa Justino (DISART/INSS);
55 Daniela Lima de Freitas (DIRSAT/INSS); Marcos Barroso de Oliveira (COBAP); Márcia
56 Rejane Campos (CGPM/INSS); Zélia Maria Alves dos Santos (MTPS); Maria P. de

57 Freitas (MTPS); Pedro Henrique Zampier (MTPS); Júlio Romeu Maciel (SPPS);
58 Fernanda Marques (SPPS/COAAD); Glauce de Paula Santos (SPPS/COAAD); Como
59 palestrantes, os senhores: Alexandre Zioli Fernandes (Coordenador-Geral de Estudos
60 de Previdência/MTPS); Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira (Coordenador-Geral de
61 Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade/MTPS); Orion Sávio Santos de
62 Oliveira (Analista Técnico de Políticas Sociais/MTPS); Leonardo Osório Mendonça
63 (Coordenador Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho –
64 CODEMAT/MPT); Jeferson Seidler (Diretor do Departamento de Segurança e Saúde
65 no Trabalho/MTPS); Fernando Maciel (Coordenador da Equipe de Trabalho Remoto
66 de Ações Regressivas da Procuradoria Geral Federal); Jose Gervásio Abrão Meirelles
67 (Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Fizeram parte da
68 solenidade de abertura, o senhor Ministro de Estado do Trabalho e de Previdência
69 Social, Miguel Soldatelli Rossetto; o Secretário de Políticas de Previdência Social, Sr.
70 Benedito Adalberto Brunca; o Secretário de Inspeção do Trabalho, Sr. Paulo Sergio de
71 Almeida; o representante do INSS, Sr. Sérgio Antônio Martins Carneiro; o
72 Coordenador da Equipe de Trabalho Remoto de Ações Regressivas da Procuradoria
73 Geral Federal, Sr. Fernando Maciel. Inicialmente fez uso da palavra, o Sr. Paulo
74 Sergio de Almeida (Secretário de Inspeção do Trabalho), momento em que teceu
75 algumas considerações a respeito desse dia ser dedicado em Memória das Vítimas de
76 Acidentes e Doenças do Trabalho, visto que é um dos problemas mais graves
77 existentes no país. Ele também disse que o elevado número de acidentes do trabalho
78 e doenças profissionais que acometem a população trabalhadora no Brasil, além do
79 adoecimento, mutilação e morte de trabalhadores e trabalhadoras que causam
80 sofrimento à população, as famílias brasileiras, também constituem importante déficit
81 do atingimento do conceito de trabalho decente no país, é um ônus para o sistema de
82 saúde pública; é um ônus para a Previdência Social e, representa perda de
83 produtividade para as empresas e, como reflexo para toda a economia do país. O
84 avanço desse tema, ele somente é possível com articulação entre as diversas
85 instituições que atuam nessa questão, por esse motivo é importante ter atuação
86 conjunta das áreas que hoje atuam no tema do combate de doença do trabalho e
87 doenças profissionais, seja do lado da Secretaria Especial do Trabalho, seja do lado
88 da Secretaria Especial de Previdência Social. A seguir, foi à vez do Sr. Benedito
89 Adalberto Brunca (MTPS) fazer uso da palavra, na oportunidade, ele falou ser
90 imprescindível fazer uma reflexão a respeito de todo o desafio que significa gerir as
91 políticas públicas, no caso da Previdência Social para atender aos trabalhadores
92 vítimas dos acidentes do trabalho nos seus vários estágios, de forma a buscar a

93 contribuição junto com todos os representantes da sociedade para que seja possível
94 aprimorar a ação institucional do Ministério do Trabalho e Previdência Social em face
95 desse desafio. Na sequência, o Sr. Miguel Soldatelli Rossetto, Ministro de Estado do
96 Trabalho e de Previdência Social procedeu a Assinatura da Portaria que regulamenta
97 o compartilhamento de informações relativas a benefícios por incapacidade,
98 aposentadoria especial; acidente de trabalho e fiscalizações de trabalho entre a
99 Secretaria Especial de Previdência Social e a Secretaria Especial do Trabalho e, a
100 seguir, ele falou que a agenda da segurança da saúde no trabalho é uma agenda
101 prioritária para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, pois a partir dela é
102 possível dar potência a integração dos esforços, do trabalho das equipes, exatamente
103 na área da segurança e da saúde no trabalho, por esse motivo há um entusiasmo no
104 trabalho a ser desenvolvido nessa oportunidade. Em seguida, ele agradeceu as
105 presenças dos Órgãos Governamentais, especialmente a AGU; o Ministério Público do
106 Trabalho; a Justiça do Trabalho e demais estruturas do Governo Federal. Em seguida,
107 ele teceu considerações acerca dos temas que seriam abordados nesse Seminário.
108 Na continuidade, o Sr. Alexandre Zioli Fernandes (Coordenador-Geral de Estudos de
109 Previdência) apresentou o Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho. Após tecer
110 considerações a respeito da matéria em questão, o expositor mostrou que os números
111 do citado Anuário indicam que a maioria dos acidentes registrados ocorreu na Região
112 Sudeste (387.142), seguida pelas regiões Sul (153.329), Nordeste (91.725), Centro-
113 Oeste (47.884) e Norte, com 31.084 acidentes notificados. Vale lembrar que é no
114 Sudeste e no Sul que se concentra o maior número de trabalhadores formalizados do
115 país. Quando se analisa os acidentes por grupos etários, nos últimos três anos, há
116 indícios de uma pequena mudança no sentido de uma menor incidência nas idades
117 mais jovens e um aumento da incidência nas idades superiores. Em 2007, 54,81% dos
118 acidentes ocorreram em idades inferiores há 34 anos. Esse percentual cai para
119 52,78% em 2011. A faixa etária de 35 a 44 anos permanece com participação
120 praticamente estável no triênio, sendo que a participação da faixa etária superior a 45
121 anos aumenta de 20,38% para 22,66%. As três atividades econômicas que
122 registraram maior número de acidentes foram as de atendimento hospitalar,
123 administração pública e o comércio varejista de mercadorias em geral. Essas três
124 atividades foram responsáveis por 13,5% do total de acidentes registrados no ano de
125 2011. Na sequência, passou-se para o tema “Acidentalidade no Trabalho segundo
126 Porte de Empresas”, a matéria em questão foi apresentada pelo Sr. Paulo Rogério
127 Albuquerque de Oliveira (Coordenador-Geral de Monitoramento dos Benefícios por
128 Incapacidade/MTPS), ele após saudar os presentes, apresentou um dado alarmante e

129 preocupante, a saber: São três mortes a cada duas horas de trabalho, são três
130 acidentados a cada minuto de trabalho, considerando a jornada de trabalho de 44
131 horas, assim sendo, urge o Governo Federal prestar conta para a sociedade sobre os
132 dados citados acima. Feita essas considerações iniciais, ele falou em detalhes sobre o
133 tema e, destacou: Os Boletins Quadrimestrais que objetivam o acompanhamento dos
134 Benefícios por Incapacidade e CAT, bem como apresentar a evolução da concessão
135 de benefícios por incapacidade, em especial aqueles causados pelo trabalho. A
136 primeira edição foi publicada em 28 de abril de 2014. O primeiro boletim, lançado no
137 dia mundial em memória às vítimas de acidentes de trabalho, apresentou um
138 panorama da concessão de benefícios por incapacidade acidentários, tais como:
139 auxílio-doença – B91; aposentadoria por invalidez – B92; pensão por morte – B93; e
140 auxílio-acidente – B94, no Brasil entre os anos de 2000 e 2011. Os números de
141 concessão foram relacionados aos códigos de CID, isto é, Classificação Internacional
142 de Doenças. O segundo boletim quadrimestral do ano de 2014 abordou a evolução da
143 concessão do auxílio-doença no decênio de 2004 a 2013, focando na diferença da
144 velocidade da evolução entre homens e mulheres. Também foram analisados os
145 códigos de CID que mais influenciaram a concessão do benefício para cada sexo ao
146 longo do período. O último boletim do ano de 2014 analisou a concessão de benefícios
147 acidentários relacionados ao porte, ou seja, número de vínculos dos empregadores no
148 biênio 2012-2013. O primeiro boletim elaborado no ano de 2015 teve por objetivo
149 identificar a frequência e os motivos do indeferimento de negativas de concessão de
150 auxílio-doença para o segurado empregado em situação de desemprego (período de
151 graça) e compará-los com as informações relacionadas às demais formas de filiação,
152 entre os anos de 2009 e 2013. A partir deste boletim, as publicações passaram a ser
153 desenvolvidas a partir de ferramenta cuja concessão para uso é garantida por Acordo de
154 Cooperação Técnica firmada entre MTPS e Ministério Público do Trabalho em
155 dezembro de 2014. O boletim II de 2015 traz análise à concessão de benefícios
156 acidentários entre os anos de 2009 e 2013 a partir dos parâmetros de frequência,
157 duração, despesa e **lfd** que significa índice de frequência duração e despesa,
158 [http://www.mtps.gov.br/saude-e-seguranca-do-trabalhador/mais-informacoes/boletim-
159 quadrimestral-de-monitoramento-de-beneficios-de-incapacidade](http://www.mtps.gov.br/saude-e-seguranca-do-trabalhador/mais-informacoes/boletim-quadrimestral-de-monitoramento-de-beneficios-de-incapacidade), que informa a
160 despesa da Previdência Social com benefício por dia, levando em consideração a
161 frequência, a duração e a despesa. O boletim III/2015 apresenta a frequência de
162 registros das comunicações de acidente de trabalho – CAT no Brasil entre os anos de
163 2010 e 2014, considerando: a) A natureza do acidente (trajeto, típico ou doença); b) A
164 divisão por gênero, faixa etária, local do acidente e emitente e, c) As maiores

165 incidências de acidentes comunicados por CNAE, CID, agente. A seguir, ele falou
166 sobre FAP e artigos científicos. Dando a continuidade ao Seminário, o Sr. Orion Sávio
167 Santos de Oliveira (Analista Técnico de Políticas Sociais/MTPS) expôs o tema
168 “eSocial”, instrumento de unificação da prestação das informações referentes à
169 escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade
170 padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo um
171 ambiente nacional. A seguir, ele falou em pormenores sobre: 1) Visão geral do
172 eSocial; 2) Vantagem do novo modelo; 3) Os eventos de SST; 4) Impactos no SAT; 5)
173 Situação atual do projeto; 6) Cronograma de implantação. O “eSocial” tem como
174 princípios: Viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; Racionalizar e
175 simplificar o cumprimento de obrigações; Eliminar a redundância nas informações
176 prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas; Aprimorar a qualidade de informações das
177 relações de trabalho, previdenciárias e tributárias; e conferir tratamento diferenciado
178 às microempresas e empresas de pequeno porte. Ele também falou sobre as
179 principais vantagens do novo modelo; Os eventos de Saúde e Segurança do
180 Trabalhador no eSocial; Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP; Comunicação de
181 Acidente de Trabalho – CAT; legislação; Situação atual do projeto; Cronograma de
182 implantação que se encontra em revisão. Por fim, ele frisou que o eSocial é uma nova
183 era nas relações entre empregadores, empregados e governo. Na sequência, o Sr.
184 Leonardo Osório Mendonça, Coordenador Nacional de Defesa do Meio Ambiente do
185 Trabalho – CODEMAT apresentou o tema “Procedimentos Estratégicos a partir das
186 informações Previdenciárias Acidentárias na visão do Ministério Público do Trabalho”.
187 Inicialmente, ele destacou ser importante que se crie um movimento muito parecido
188 com o “Outubro Rosa ou Novembro Azul” e, criar o Abril Verde em alusão às Vítimas
189 de Acidente de Trabalho. Dito isto, ele falou da importância do dia 28 de abril na
190 discussão do tema, bem como a eficácia da Lei nº 11.121/2005; Importância da
191 CODEMAT; Projetos de atuação e Grupos de Trabalho; Relação da CODEMAT com
192 outras instituições; Inter-relação da CODEMAT com as demais coordenadorias
193 temáticas do Ministério Público do Trabalho; Papel preventivo da atuação da
194 CODEMAT e, Atuação da CODEMAT por projetos desde o início de suas atividades.
195 Ele destacou a atuação do Ministério Público do Trabalho em situações diversas dos
196 inquéritos civis e ações civis públicas. Após intervalo do almoço, o Seminário foi
197 reiniciado com o item “Procedimentos Estratégicos a partir das Informações
198 Previdenciárias Acidentárias na visão de Segurança e Saúde no Trabalho”. O tema em
199 destaque foi apresentado pelo Sr. Jeferson Seidler, Coordenador-Geral de
200 Fiscalização e Projetos do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho.

201 Inicialmente, ele destacou a Eficácia; Eficiência e Efetividade, esse tripé são as
202 prioridades a alcançar na busca por um trabalho seguro e saudável em todos os locais
203 de trabalho. Em seguida, ele divulgou as prioridades da Inspeção em SST para ter um
204 trabalho seguro e saudável; redução de acidentes e doenças do trabalho; foco;
205 recursos finitos e demandas excessivas; Plano Plurianual – PPA; dados
206 individualizados da CAT; análise de acidentes; planejamento de ações fiscais; taxas:
207 mortalidade, incidência e doenças; destacou que por unidade da federação, são
208 priorizadas as classes de atividades econômicas CNAE; Portaria que regula o
209 compartilhamento dos dados e, programa piloto. Ele disse que “priorizar significa
210 postergar uma coisa em favor de outra”. Concluído esse ponto, passou-se para o item
211 “Procedimentos Estratégicos a partir das Informações Previdenciárias, acidentárias na
212 visão da Procuradoria-Geral Federal, Ações Regressivas, o qual foi apresentado pelo
213 Sr. Fernando Maciel, Coordenador da Equipe de Trabalho Remoto de Ações
214 Regressivas da Procuradoria-Geral Federal. Ele falou que acidente do trabalho é um
215 *iceberg* cuja parte visível apresenta uma parcial dimensão do problema. A sua parte
216 submersa evidencia graves consequências de natureza social, econômica e jurídica
217 desse fenômeno. A seguir, ele falou das Consequências Sociais dos Acidentes de
218 Trabalho; Arrecadação SAT x Despesa Acidentária; Consequências Jurídicas dos
219 Acidentes do Trabalho. Disse que a PGF vem utilizando as ações regressivas
220 acidentárias para combater e, principalmente, prevenir as consequências sociais,
221 econômicas e jurídicas dos acidentes do trabalho. a ação regressiva acidentária é a
222 ação proposta pelo INSS a fim de obter o ressarcimento das despesas previdenciárias
223 com os acidentes do trabalho, ocorridos por culpa dos empregadores. Ele também
224 falou do Fundamento normativo; dos Objetivos; dos Pressupostos. Por fim, ele fez um
225 panorama geral das ações em relação ao tema do passado, presente e futuro, sendo
226 que no futuro o foco está na ampliação do projeto de ações regressivas coletivas. Em
227 seguida, foi chamado o último tema a ser apresentado, logo. “Procedimentos
228 Estratégicos a partir das Informações Previdenciárias, Acidentárias na visão do
229 Tribunal Superior do Trabalho”. O tema foi apresentado pelo Sr. Jose Gervásio Abrão
230 Meirelles (Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho), este, após
231 saudar os presentes deu início a sua apresentação. Ele consignou a relevância dos
232 dados estatísticos; os Reflexos das informações no âmbito da gestão e julgamento de
233 processos judiciais, a Necessidade de trâmite prioritário; a Recomendação Conjunta
234 N.º 1/GP.CGJT, de 3 de maio de 2011 do TST que recomenda aos Desembargadores
235 dos Tribunais Regionais do Trabalho e aos Juízes do Trabalho que confirmem prioridade
236 à tramitação e ao julgamento das ações coletivas e das reclamações trabalhistas que

237 envolvam acidentes de trabalho. Também falou da necessidade de indicação de
238 peritos especializados; do Princípio da ciência aos legitimados coletivos; da
239 Relevância do tema acidentário e julgados exemplificativos; Ausência de emissão de
240 CAT e danos; NTEP e julgamento de processos judiciais; Reflexos das informações no
241 âmbito do Programa Trabalho Seguro e, Comitê Gestor Nacional do Programa
242 Trabalho Seguro, o qual é composto pelos magistrados relacionados no Anexo I, com
243 as seguintes atribuições: I – auxiliar a Presidência do Conselho Superior da Justiça do
244 Trabalho na coordenação das atividades do Programa; II – sugerir medidas, projetos,
245 planos de ação, metas e prazos para alcance dos objetivos, bem como acompanhar a
246 sua consecução; III - manter interlocução com os Gestores Regionais do Programa e
247 demais representantes de instituições públicas e privadas parceiras e colaboradoras;
248 IV – coordenar a atuação do gerente e da equipe executiva do Programa. Parágrafo
249 único. O Comitê Gestor Nacional apresentará semestralmente, ou sempre que
250 requerido, os resultados das atividades ao Ministro Presidente do TST e do CSJT.
251 Concluída a apresentação e as palestras pautadas para esse Seminário, o Sr.
252 Benedito Adalberto Brunca (MTPS) fez o seguinte pronunciamento: *“Nós que*
253 *dedicamos o tempo e ficamos aqui durante o dia de hoje, tivemos a oportunidade de*
254 *ver uma sequência, uma narrativa da execução das atividades. Queria convidar o*
255 *Jefferson para compor aqui comigo a mesa, o Fernando, o Gervásio só para poder*
256 *fazer os registros. Como fiz a abertura hoje no início da manhã, este é um seminário*
257 *fruto da decisão do Conselho Nacional de Previdência Social, na conversão da reunião*
258 *mensal na sequência de exposições de debates que aqui foram objetos durante o dia*
259 *de hoje e que traça o perfil de atuação das várias instituições que aqui se fizeram*
260 *representar acerca dos acidentes de trabalho; das consequências; das ações; do*
261 *planejamento de como que isso repercute o acidente do trabalho dentro do contexto*
262 *da atuação de uma das organizações e, esta atuação eu acompanho, pois estou há 34*
263 *anos dentro do INSS e na década de 90 eu participava como Gerente Regional de*
264 *Seguro Social em Cuiabá/MT de reuniões coletivas com a área da saúde, com a DRT,*
265 *com a Justiça e as Procuradorias a época e o grande desafio era discutir como que a*
266 *gente conseguia fazer as comunicações de acidente de trabalho, as CATs chegarem*
267 *às delegacias em papel para poder produzir efeitos e nós não perdermos a*
268 *perspectiva de uma visão de ação mais estruturada e o dia de hoje revendo aqui um*
269 *filme de um caminhar, de uma trajetória e, tendo tido a oportunidade, não está aqui*
270 *conosco mais por conta da audiência pública no Senado, o membro do MPT, Dr.*
271 *Leonardo e com o qual ao final do ano de 2014, nós conseguimos fazer um acordo de*
272 *cooperação técnica para a gente compartilhar as informações e ter o intercâmbio de*

273 informações que a partir disso e da possibilidade que o MPT teve sistematizar essa
274 informação, além do Anuário Estatístico de Acidente De Trabalho, além do Anuário
275 Estatístico da Previdência Social, mas fazendo leituras e interpretações que
276 permitissem a partir do próprio MPT compartilhar os dados com os demais atores
277 envolvidos dentro desse processo. Eu acho que ponto de vista da cidadania, nós
278 cumprimos uma obrigação, nós cumprimos aquilo que se espera de um agente
279 público, que é ter informações de uma maneira utilizada para o bem comum para a
280 proteção do trabalhador que está exposto, está sujeito às condições adversas de
281 trabalho, está numa condição de trabalho que não seja um trabalho digno e que,
282 portanto a partir da ocorrência de uma exposição e de condições adversas de trabalho
283 e com repercussões na sua ação física, psicológica e todo o conjunto do ser humano
284 que pode ser afetado nas suas mais variadas matizes é que isso possa no caso,
285 significar uma possibilidade de uma ação coordenada. Hoje, pela manhã fiz referência
286 ao Decreto que instituiu a rede interinstitucional de reabilitação profissional, foi
287 publicado hoje, o que na verdade, tem o mesmo objetivo no paralelo relativo à ação de
288 proteção do trabalhador, no caso do plano nacional de saúde e segurança do trabalho,
289 todo esforço que foi aqui expressado na abordagem de cada um dos expositores que
290 aqui se apresentaram e puderam ter material e que será compartilhado com todos os
291 senhores e será distribuído aos conselheiros e vão trabalhar para colocar isso dentro
292 da página do Ministério e também vamos distribuir aos quase 100 Conselhos de
293 Previdência Social do país o conteúdo dessas apresentações para instigar também
294 que esse debate transcenda essa questão do próprio ambiente que aqui se
295 concretizou nesse auditório, mas que na verdade, estimule os atores a ter uma ação
296 coordenada e que busquemos cada vez mais a conscientização de todos os que estão
297 envolvidos na relação de trabalho, o trabalhador, o sindicato dos trabalhadores que o
298 representam, o empregador e as federações, confederações que o representam.
299 Temos convicção de que os conjuntos de legislações que aqui foram sendo
300 estruturadas ao longo desse período estão efetivamente contribuindo para o objetivo
301 que se busca. Foi muito aqui mencionado, não só as normativas já de algum tempo
302 existente, mas, sobretudo, a questão da implantação do Nexo Técnico Epidemiológico
303 Previdenciário em 2007 foi um marco e aqui as estatísticas do anuario expressaram
304 isso e a última fala do Dr. Gervásio demonstra como que essa estatística, como esse
305 dado converge para a questão da efetiva proteção ao direito violado. Em relação ao
306 Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário, aliás, ao Fator Previdenciario de
307 Prevenção – FAP. Nas resoluções que demarcam as resoluções e aplicação deste
308 fator previdenciario de prevenção dão uma dimensão de como que nós colaboramos

309 de uma maneira efetiva para a proteção das relações de trabalho e como que nós
310 temos que cada vez mais premiar as boas iniciativas das empresas que atuam numa
311 maneira que é a proteção do trabalho e, essa atuação e pegando o gancho da fala do
312 Dr. Gervásio, quando não é uma boa atuação que se penalisem que se dê um ônus,
313 se é uma boa atuação que se dê o bônus para efeito de reconhecer, porque nenhuma
314 instituição de governo seja do executivo, seja do judiciário tem a possibilidade de ter
315 uma presença completa no dia a dia do trabalhador. Nós vamos estar sempre
316 buscando estar unipresentes no sentido desta discussão para que nós façamos as
317 ações e que essas ações de alguma forma repercutam positivamente. Agora, quem
318 está na relação do dia a dia são os trabalhadores e são os empregadores e a gente
319 espera que deles possa ter o melhor resultado para efeito desta configuração e que
320 eles consigam organizar o ambiente de trabalho de uma maneira mais adequada, mais
321 correta e que nós sejamos atores coadjuvantes desse processo, porque não se pode
322 esperar que a ação correta e positiva só ocorra quando nós estivermos de alguma
323 forma presentes fisicamente, se isso for presumido, nós estamos perdidos enquanto
324 expectativa, porque o que se espera é a correta organização do trabalho e a correta
325 organização de todas as ações das atividades para que nós efetivamente possamos
326 ter eficácia, efetividade como disse o Fernando que a gente possa não ter as ações na
327 justiça do trabalho muito menos que a gente tenha que recorrer as ações regressivas
328 como o meio de poder fazer uma ação educativa e muito menos daquilo que disse o
329 Ministro Miguel Rosseto hoje no início da manhã de que a gente não tenha um
330 exército de 845 mil brasileiros afetados pelas mais variadas matizes do ponto de vista
331 das sequelas decorrentes das relações de trabalho, sejam aqueles que estão em
332 auxílio doença temporariamente, sejam aqueles que tiveram seqüelas definitivas e que
333 somam quase 370 mil pessoas e que tem que adaptar as suas condições de trabalho,
334 sua condição de vida as limitações que os acidentes impuseram, sejam para os 210
335 mil aposentados por invalidez em decorrência de acidente de trabalho e quase 156 mil
336 pensionistas que não contam com os seus esposos ou os filhos com os seus pais na
337 condição de poder ter um compartilhamento daquilo que foi mencionado sobre o fato
338 de que está se interrompendo a trajetória da vida e a trajetória da morte, a morte,
339 como disse o Dr. Leonardo, ela vai ocorrer para todos nós e isso é inevitável e não é
340 direito ninguém antecipar isso pelas razões pautadas em busca de economia; falta da
341 prevenção e, falta da adequada condição de trabalho, então assim, ninguém em sã
342 consciência pode advogar, vamos dizer que essas razões se justifiquem ou possam
343 ser entidades pela sociedade que em última análise arca com as responsabilidades
344 decorrentes desse processo de constatação das ocorrências de acidentes inúmeros

345 *que ainda são extremamente preocupantes e como eu disse no início, estamos no fim*
346 *do processo e as vezes muito pouco resta para que a gente possa fazer a não ser*
347 *confortar e amparar aquela família ou o nosso segurado nas condições que lhes*
348 *restaram de sobrevivência, mas eu sinto que tivemos uma boa jornada, fizemos uma*
349 *boa trajetória do ponto de vista do debate e que demonstra o que as instituições estão*
350 *cada vez mais convergindo e conversando, dialogando e trocando as informações*
351 *para alcançar o resultado que no fim é a busca da proteção as relações de trabalho e*
352 *proteção a vida do trabalhador. Então da minha parte eu quero agradecer a presença*
353 *e a persistência de todos vocês, porque realizar um seminário é sempre um desafio, a*
354 *gente convida e promove o debate, promove a discussão e, promove a oportunidade,*
355 *então gostaria de agradecer a todos vocês”. Solicitou a palavra, o Sr. Marco Antônio*
356 *Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MTPS), ocasião em que frisou à importância da*
357 *informação para a melhoria das condições do trabalho no país. A informação, ela é*
358 *fundamental para a construção de uma democracia nos ambientes de trabalho, não*
359 *existe democracia sem informação e muito menos uma informação construída a partir*
360 *de meias verdades, assim sendo é fundamental informar o que acontece no mundo do*
361 *trabalho a sociedade e, principalmente ao trabalhador e ao empregador é fundamental*
362 *para que se construam melhores condições de trabalho e ambientes de trabalho que*
363 *gerem menos agressão ao trabalhador, menos lesão, menos morte, menos*
364 *adoecimento e menos morte. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Benedito*
365 *Adalberto Brunca (MTPS) declarou encerrado o Seminário. Brasília, 28 de Abril de*
366 *2016.*

367